

PODER

“STF agiu absolutamente certo”

Autor consagrado, Steven Levitsky aponta que atuação da Corte tem sido fundamental para garantir a democracia brasileira

» ISRAEL MEDEIROS

Os Estados Unidos poderiam ter evitado o declínio de sua democracia se tivessem feito com o hoje presidente Donald Trump o que o Brasil fez, ao investigar, processar e indiciar o ex-presidente Jair Bolsonaro por participação em uma trama golpista. Esta é a análise do cientista político Steven Levitsky, autor dos best-sellers *Como as Democracias Morrem* e *Como Salvar a Democracia*, que elogiou a firme atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra movimentos antidemocráticos no Brasil. Para o professor da Universidade Harvard, as instituições precisam se levantar contra o autoritarismo, pois as democracias “não conseguem se defender sozinhas”.

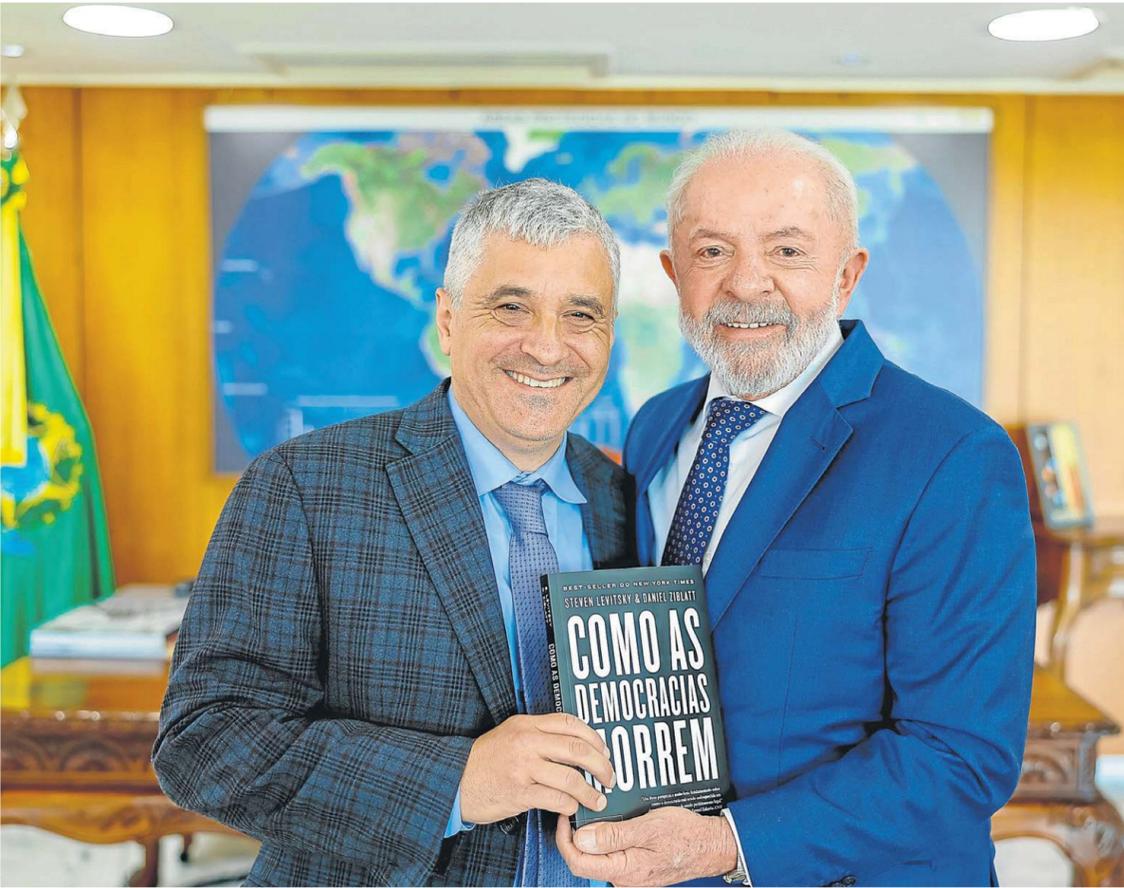
“Acho que o (Supremo) tribunal agiu absolutamente certo ao defender a democracia de forma agressiva. As democracias não conseguem se defender sozinhas. Elas não podem ser defendidas passivamente, a distância”, pontuou, em um evento, ontem, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília, ao lado do decano do STF, Gilmar Mendes. Levitsky ressaltou, no entanto, que a Corte também concentra um poder inédito, que a coloca entre as mais poderosas do mundo e abre a possibilidade de críticas sobre os limites de sua atuação.

Para Levitsky, se a Justiça dos Estados Unidos tivesse seguido a mesma linha que o STF seguiu no caso de Bolsonaro, a democracia norte-americana não estaria enfraquecida e ameaçada. “A democracia americana, vou ser muito claro, está entrando em colapso. Estamos perdendo nossa democracia. Nos últimos meses, os Estados Unidos deslizaram para um regime de autoritarismo competitivo, no qual existem eleições multipartidárias regulares, mas em que há abuso sistemático por parte do governo incumbente contra a oposição”, pontuou.

A perseguição aos oponentes de Trump utilizando aparato do Estado é um sintoma, segundo Levitsky, da fragilidade da democracia dos EUA após alguns meses da gestão do atual presidente. O primeiro semestre da administração do republicano foi marcado por perseguição a imigrantes, cortes de recursos de algumas das principais e mais prestigiadas instituições de ensino norte-americanas — como a própria Universidade Harvard, que teve retenções bilionárias no orçamento por permitir, no passado, protestos de estudantes pró-Palestina — e o desmonte de políticas públicas voltadas às populações mais pobres em nome do corte de gastos.

Ele comparou a situação atual dos EUA com governos autoritários na Venezuela, na Hungria e na Turquia. “Os primeiros meses da administração Trump têm sido mais autoritários que (Hugo) Chávez, (Viktor) Orbán e (Tayyip) Erdogan”, criticou.

Ricardo Stuckert/PR



Professor exhibe com Lula um dos seus mais importantes livros, que diagnostica como lideranças personalistas (tipo Trump) solapam o Estado de Direito

QUEM É E O QUE PROPÕE UM DOS MAIS IMPORTANTES ACADÊMICOS NORTE-AMERICANOS

Steven Levitsky, de 57 anos, é um renomado cientista político e professor de Governo na Universidade de Harvard. Sua pesquisa é focada na América Latina e em como as instituições políticas informais e os regimes democráticos funcionam no mundo em desenvolvimento. Ele é mais conhecido por ser coautor do livro *Como as Democracias Morrem* (em inglês, *How Democracies Die*), escrito em parceria com Daniel Ziblatt. A obra, que se tornou um best-seller, analisa o declínio da democracia em diferentes países e alerta para

os riscos de líderes eleitos subverterem gradualmente as instituições democráticas. Levitsky também é autor de outros livros e colabora para publicações como o *The New York Times* e a revista *Vox*. Suas principais contribuições acadêmicas incluem:

Regimes autoritários competitivos — Levitsky desenvolveu este conceito para descrever regimes que, embora possuam eleições e instituições democráticas formais, são, na prática, dominados por líderes autoritários que

manipulam o sistema para se manter no poder;

Instituições informais — Ele estuda o papel das regras não escritas e das práticas não oficiais que influenciam o comportamento político e o funcionamento das instituições formais;

Análise da democracia na América Latina — A pesquisa aprofundada de Levitsky sobre a região o tornou uma voz importante no debate sobre os desafios e as crises democráticas em países latino-americanos.

Resposta eficaz

No sentido oposto, considere que o Brasil deu uma resposta “muito mais eficaz” às investidas de Bolsonaro contra a democracia. “Se tirarmos uma foto do cenário, os Estados Unidos são consideravelmente menos democráticos do que o Brasil. Como isso aconteceu? Nós sabíamos que Donald Trump era uma ameaça”, lamentou.

“Nossos principais políticos, juízes de destaque, grandes proprietários de mídia, líderes empresariais e religiosos estão falhando em cumprir sua responsabilidade básica de se levantar e defender as instituições democráticas. Compare isso com o Brasil. A democracia brasileira tem suas falhas, suas deficiências, e a resposta a Bolsonaro foi confusa. Mas muito mais eficaz do que a dos Estados Unidos”, comparou.

Levitsky citou como exemplos

bem-sucedidos do combate ao autoritarismo no Brasil o inquérito das fake news, cujo relator no STF é o ministro Alexandre de Moraes, e os esforços do Judiciário brasileiro para frear a desinformação no período eleitoral de 2022.

A rapidez da Justiça brasileira em processar os envolvidos na trama golpista, segundo Levitsky, também coloca o Brasil à frente dos EUA. “Onde o sistema judiciário dos Estados Unidos se recusou a responsabilizar Trump por sua tentativa (de golpe, em 2021), o tribunal brasileiro agiu de forma decisiva, rápida e agressiva”, analisou.

“Parece muito provável que Bolsonaro seja, de fato, condenado pelo seu ataque (referindo-se à tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito depois das eleições de 2022). Portanto, ao contrário de Trump, é improvável que ele retorne à Presidência. Essa é uma

grande diferença, e é uma diferença com consequências. Pode ser uma diferença muito significativa a longo prazo”, destacou.

Desconhecimento

Parte da dificuldade dos EUA em lidar com ameaças antidemocráticas, segundo Levitsky, tem a ver com a falta de memória de um período autoritário recente. Diferentemente do Brasil, que esteve sob um regime ditatorial de 1964 a 1985, e de outros países que vivem autocracias até hoje, os EUA se orgulham de serem uma democracia desde o século XVIII. Isso impediu autoridades, na análise do professor, de entender a gravidade das medidas que Trump tem colocado em prática.

“Ao contrário da Argentina, da China, da Coreia do Sul ou da Alemanha, a sociedade norte-americana não tem memória coletiva de

autoritarismo. Nunca perdemos nossa democracia. Não temos experiência com isso. A maioria dos norte-americanos — até mesmo pessoas muito instruídas, incluindo ex-presidentes — ainda hoje não entende a ameaça que enfrentamos. Eles ainda acreditam que o autoritarismo, de alguma forma, não pode acontecer na América. Os brasileiros não têm essa ilusão. Isso, acredito, pode explicar por que o establishment brasileiro respondeu muito mais seriamente à ameaça autoritária”, explicou.

Antes do evento no IDP, Levitsky esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Ambos fizeram questão de posar para fotos ao lado segurando um exemplar de *Como Salvar a Democracia*, publicado pelo professor em 2023, às vésperas das eleições que levaram Trump de volta à Casa Branca.



Acho que o (Supremo) tribunal agiu absolutamente certo ao defender a democracia de forma agressiva. As democracias não conseguem se defender sozinhas. Elas não podem ser defendidas passivamente, a distância”

Steven Levitsky, cientista político e professor da Universidade de Harvard

Bem à frente dos EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que o Brasil é, “em muitas coisas, muito mais” democrático do que os Estados Unidos. Na abertura da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes), ele destacou que Donald Trump estaria sendo julgado no Brasil se a invasão ao Capitólio, 6 de janeiro de 2021, tivesse ocorrido aqui. Mais cedo, Lula esteve com o cientista político Steven Levitsky, que tem sido um crítico contundente do presidente dos EUA, por representar uma ameaça à democracia norte-americana.

“Isso é um mau exemplo para a humanidade. Durante muitas décadas, os EUA tentaram se apresentar como país mais democrático e de mais oportunidades. E, agora, ele tem esse comportamento inexplícito e totalmente inaceitável. Nós até perdemos eles (EUA) por envolvimento no golpe de 1964”, disse.

O presidente afirmou que a decisão de Trump de cassar os vistos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — e de dois funcionários do governo brasileiro por conta do programa Mais Médicos (leia na página 6) — não condiz com a postura de um presidente dos EUA. Além disso, ressaltou que o Brasil tem sinalizado ao mundo a disposição para negociar, mas que não encontra interlocutores para o diálogo. Lula destacou que o governo federal continuará com a política de envolvimento da sociedade e políticas públicas, enfatizando que não permitirá o retorno de “tranqueiras” — uma referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mencionado na carta de Trump em que anuncia o tarifaço às exportações brasileiras, ao comando do país.

“Apresentaram um relatório dizendo que nós não respeitamos os direitos humanos porque estamos perseguindo o ex-presidente. E que o ministro da Suprema Corte que está julgando é um ditador. Não é possível que ele não conheça nossa Constituição”, ironizou Lula.

Bolsonaro mandou monitorar Moraes, reafirma Cid

» LUANA PATRIOLINO

Em acareação no Supremo Tribunal Federal, ontem, com o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, reiterou que a ordem de monitorar clandestinamente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, partiu do ex-presidente Jair Bolsonaro. O delator esteve frente a frente com o coronel da reserva do Exército Marcelo Costa Câmara, em uma audiência que durou menos de uma hora.

O procedimento foi conduzido por Moraes, relator da ação penal da tentativa de golpe de Estado. Também acompanharam a audiência o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e os advogados dos réus. Cid também confirmou existência da chamada “minuta do golpe”, documento que tenta dar aparência legal à não aceitação do resultado da eleição

presidencial de 2022 — em que Bolsonaro saiu derrotado.

A acareação foi determinada pelo ministro, atendendo a um pedido da defesa de Marcelo Câmara. Os advogados questionaram as afirmações de Cid de que o coronel teria acessado e manipulado minutas golpistas e de que realizou monitoramento contínuo de autoridades.

Cid manteve o relato de que pediu a Câmara para acompanhar a agenda de Moraes, a pedido de Bolsonaro, que temia uma reunião do magistrado com o então vice-presidente Hamilton Mourão. No entanto, o delator reiterou que não sabe se o ex-assessor teve relação com o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato de Moraes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice Geraldo Alckmin.

Segundo a ata da acareação, “a defesa do réu Marcelo Câmara

solicitou que fosse esclarecido que, em relação ao segundo momento, monitoramento no fim de dezembro, não há nenhuma relação com a citada operação ‘Punhal Verde e Amarelo’, e esse monitoramento foi solicitado diretamente pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro”.

Cid e Câmara são réus da ação penal da tentativa de golpe de Estado, mas em grupos diferentes. O primeiro faz parte do chamado “núcleo crucial”, considerado o central para a organização do plano criminoso. O segundo é réu no “núcleo de gerenciamento de ações”, que, segundo a PGR, se utilizava de posições profissionais relevantes para gerenciar as ações elaboradas pelos golpistas.

Alegações finais

O STF encerrou, ontem, o prazo para que Bolsonaro e os outros seis

réus do núcleo 1 da trama golpista apresentassem suas alegações finais — última etapa antes do julgamento na Primeira Turma, em que os ministros decidirão se os acusados serão condenados ou absolvidos. O primeiro grupo julgado é chamado de “crucial” na denúncia e abrange a cúpula do governo Bolsonaro. A denúncia aponta o ex-presidente como o líder da organização. Também são réus os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e Mauro Cid.

Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Delator foi acareado com coronel e reforçou existência da “minuta golpista”